



## Proeja: Educação profissional e tecnológica para jovens e adultos com ênfase em Paulo Freire, Pierro e Gaudêncio Frigotto

Proeja: Professional and Technological Education for Youth and Adults, with Emphasis on Paulo Freire, Pierro, and Gaudêncio Frigotto

Proeja: Educación Profesional y Tecnológica para Jóvenes y Adultos, con Énfasis en Paulo Freire, Pierro y Gaudêncio Frigotto

 **Elizabeth Santos de Nasaré Cantarino** E-mail: [Bethnasare1968@gmail.com](mailto:Bethnasare1968@gmail.com)

 Instituto de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Reitoria, Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil

 **Severino Joaquim Correia Neto** E-mail: [profnetoseverino@gmail.com](mailto:profnetoseverino@gmail.com)

 Instituto de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) Campus Macaé/RJ, Brasil



**Resumo:** O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído em 2005, configura-se como uma política pública estratégica no contexto educacional brasileiro, ao articular formação básica e educação profissionais voltadas a jovens e adultos historicamente excluídos do sistema escolar. Fundamentado na perspectiva emancipatória da educação defendida por Freire (1987) e no contexto da educação integrada e do trabalho como princípio educativo (Frigotto; Ciavatta, 2004a; 2005b), acerca da necessidade de reformas estruturais para a efetivação da educação integrada, o PROEJA busca promover a qualificação profissional, a inserção no mundo do trabalho e a ampliação das oportunidades educacionais. Conforme destaca Di Pierro (2000), em sua tese defendida de Doutorado em Educação, a EJA emerge como resposta a uma dívida social acumulada, evidenciando as desigualdades que marcam a trajetória escolar desse público. Nesse sentido, o PROEJA tem se constituído como objeto de debates acadêmicos e institucionais, especialmente no que se refere aos desafios relacionados à evasão e à reprovação, revelando fragilidades estruturais e pedagógicas do sistema educacional. O estudo enfatiza a importância do fortalecimento de políticas públicas integradas que assegurem a permanência, a aprendizagem significativa e a garantia do direito à educação de qualidade para jovens e adultos.

**Palavras-chave:** PROEJA; Educação de Jovens e Adultos; desigualdade social; políticas públicas.

**Abstract:** The National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education modality (PROEJA), established in 2005, constitutes a strategic public policy within the Brazilian educational context. It articulates basic training and professional education aimed at youth and adults historically excluded from the school system. Grounded in the emancipatory perspective of education advocated by Freire (1987) and in the context of integrated education and work as an educational principle (Frigotto; Ciavatta, 2004a; 2005b), concerning the need for structural reforms to achieve integrated education, PROEJA seeks to promote professional qualification, insertion into the labor market, and the expansion of educational opportunities. As highlighted by Di Pierro (2000), in his doctoral thesis in Education, EJA emerges as a response to an accumulated social debt, highlighting the inequalities that mark the educational trajectory of this population. In this sense, PROEJA has been established as an object of academic and institutional debates, especially regarding challenges related to dropout and grade repetition, revealing structural and pedagogical weaknesses of the educational system. The study emphasizes the importance of strengthening integrated public policies that ensure retention, meaningful learning, and the guarantee of the right to quality education for youth and adults.

**Keywords:** PROEJA; Youth and Adult Education; social inequality; public policies.



**Resumen:** El Programa Nacional de Integración de la Educación Profesional con la Educación Básica en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (PROEJA), instituido en 2005, se configura como una política pública estratégica en el contexto educativo brasileño, al articular la formación básica y la educación profesional dirigida a jóvenes y adultos históricamente excluidos del sistema escolar. Fundamentado en la perspectiva emancipadora de la educación defendida por Freire [1987] y en el contexto de la educación integrada y del trabajo como principio educativo [Frigotto; Ciavatta, 2004a; 2005b], acerca de la necesidad de reformas estructurales para la efectividad de la educación integrada, el PROEJA busca promover la cualificación profesional, la inserción en el mundo del trabajo y la ampliación de las oportunidades educativas. Como señala Di Pierro [2000] en su tesis doctoral en Educación, la EJA surge como respuesta a una deuda social acumulada, evidenciando las desigualdades que marcan la trayectoria escolar de este público. En este sentido, el PROEJA se ha constituido como objeto de debates académicos e institucionales, especialmente en lo que se refiere a los desafíos relacionados con la deserción y la reprobación escolar, revelando fragilidades estructurales y pedagógicas del sistema educativo. El estudio enfatiza la importancia del fortalecimiento de políticas públicas integradas que aseguren la permanencia, el aprendizaje significativo y la garantía del derecho a la educación de calidad para jóvenes y adultos.

**Palabras clave:** PROEJA; Educación de Jóvenes y Adultos; desigualdad social; políticas públicas.

## Introdução

O Programa de Educação de Jovens e Adultos foi planejado para desempenhar um papel importante na inclusão social e uma das finalidades é ajudar jovens e adultos a se qualificar profissionalmente e a conquistar melhores oportunidades de emprego. Como está escrito na Constituição [Brasil, 1988], em seu artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Por ser uma legislação nacional, ela dá garantias à educação gratuita, ao reconhecer os direitos das pessoas jovens e adultas ao ensino fundamental.

O PROEJA representa um marco nas políticas públicas de educação inclusiva no Brasil, ao integrar a educação profissional à educação básica para jovens e adultos. Criado em 2005, o programa visa ampliar oportunidades educacionais e promover o desenvolvimento humano, conforme os princípios constitucionais do direito à educação e à cidadania. No entanto, ao longo de quase duas décadas, o PROEJA vem enfrentando desafios estruturais, pedagógicos e políticos que limitam sua efetividade e ferem os artigos da própria Constituição de 1988 [Brasil, 1988], que reforça que todos têm direito à educação, independente de idade, sexo etc.

O dever do estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996] [...]

VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando [Brasil, 1988].

Segundo os pensamentos de Freire [1987], como citado por Martins *et al.* [2015, p. 3-5], ele defende em seu livro “Pedagogia do oprimido” que “a educação é um dispositivo de libertação, tornando os discentes cidadãos conscientes e ativos para o aprender”. Os autores citam que as falas de Freire contribuíram para o desenvolvimento da cidadania e para a formação de pessoas conscientes e críticas. A educação deveria ser um dispositivo mais presente para combater as desigualdades sociais tão profundas em nossa sociedade. Os autores enfatizam a defesa de uma educação “contextualizada e emancipatória, a valorização da experiência e da cultura dos educandos, a utilização de metodologias participativas e dialógicas”.

Freire [1987] argumenta que “A educação é um ato político, pois é por meio dela que os indivíduos se formam para a cidadania e para a participação na sociedade. Políticas públicas educacionais que visam à democratização do acesso e da qualidade da educação são, portanto, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” [Freire [1987], p. 146]. O autor destaca a importância da educação como um instrumento de transformação social.

Essa citação pode ser usada para argumentar a favor de políticas públicas que promovam a educação inclusiva, a educação de qualidade para todos e a educação para a cidadania. Essas políticas são importantes para garantir o acesso à educação para todos, independentemente de sua classe social, raça, gênero ou religião. Além disso, elas são essenciais para garantir que todos os indivíduos tenham oportunidades de desenvolver seu potencial e participar ativamente da sociedade. A citação reforça as críticas às políticas públicas educacionais excludentes ou que não asseguram a qualidade da educação, o que pode perpetuar desigualdades sociais e limitar o acesso a condições necessárias para uma vida plena.

Nesse sentido, conforme destaca [Haddad \(2002, p. 141\)](#), “é evidente, pois, que não se obtém solução do problema da educação de jovens e adultos sem uma política de oferta abrangente e de qualidade para a educação básica regular.” Tal afirmação evidencia que essa problemática ainda se faz presente na realidade educacional contemporânea.

Conforme afirmam as autoras [Ciavatta e Ramos \(2011, p. 27-41\)](#):

A integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes.

[Frigotto \(2004\)](#) trouxe uma reflexão no Seminário Nacional do Ensino Médio, nos dias 05 e 06 de junho de 2003, quando afirmou que o “Ensino concomitante não era relevante e deixa claro que a criação do EJA para trabalhadores necessitavam ser uma formação completa”, pois muitos deles já estavam no mercado de trabalho, mas sem nenhum conhecimento técnico [[Frigotto, 2004, p. 67](#)]. Ao tecer críticas à estrutura e ao defender uma reformulação que tornasse o ensino médio concomitante mais abrangente e eficaz, o autor fez algumas ponderações:

- \* **Dualidade excludente:** Frigotto criticava a dualidade entre a formação geral e a profissionalizante, presente no modelo concomitante que segrega os alunos em “intelectuais” e “práticos”.
- \* **Precarização da formação profissional:** A oferta da formação profissional em escolas de ensino médio regular, muitas vezes sem infraestrutura adequada e corpo docente especializado, resultava em uma formação precária e desvalorizada.
- \* **Desigualdade social:** O modelo concomitante era visto como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, pois limitava as oportunidades dos alunos de classes menos favorecidas.

Mediante a esses pontos apontados por Frigotto, ele apresentou algumas propostas para o Ensino Médio:

- \* **Formação integral:** um ensino médio que promovesse a formação integral dos alunos, combinando a educação geral com a profissional de forma integrada e contextualizada.
- \* **Flexibilidade curricular:** Propunha um currículo flexível, que permitisse aos alunos escolherem itinerários formativos de acordo com seus interesses e aptidões.
- \* **Vínculo com o mundo do trabalho:** O ensino médio deveria ter um vínculo estreito com o mundo do trabalho, preparando os alunos para os desafios do mercado de trabalho e para a vida profissional.

Na reflexão e visão de Di Pierry, renomada educadora e pesquisadora brasileira, que dedicou grande parte de sua vida à análise crítica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com ênfase nas raízes e consequências da desigualdade social que permeiam essa modalidade de ensino, em sua obra “EJA: Trajetórias, Desafios e Propostas”, a autora desvenda as diversas formas pelas quais a “desigualdade” se manifesta na EJA, desde a

“precarização das infraestruturas escolares até a invisibilidade das lutas e necessidades dos estudantes marginalizados”. A autora critica a histórica desvalorização da EJA por parte do Estado e da sociedade, que a relegam a um status inferior ao ensino regular, perpetuando a “exclusão social e a negação de oportunidades” para os jovens e adultos que buscam retomar seus estudos.

A educação profissional é entendida como fator de mobilidade social, conquanto o Proeja seja revelador de poucos debates e disputas internas, observando-se uma busca incansável de consenso em torno de questionamentos básicos para a educação de jovens e adultos, busca esta, frequentemente, permeada por situações contraditórias, tanto no âmbito interno como no externo. Entre tantos avanços e recuos, ao longo do processo, tenciona-se aqui vislumbrar quais as possibilidades de organização de um sistema realmente eficaz voltado à inclusão de jovens e adultos trabalhadores [Correia Neto, 2016, p. 26].

Di Pierro também se debruça sobre as “desigualdades internas” presentes na EJA, em que diferentes grupos sociais – como mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência – enfrentam barreiras específicas para sua plena participação e aprendizado. A autora defende uma abordagem pedagógica intercultural e inclusiva, que valorize as experiências e saberes dos estudantes da EJA, reconhecendo a diversidade como um potencializador da aprendizagem. Ao longo de sua trajetória, Di Pierro se tornou uma voz incansável na luta por uma EJA mais justa e transformadora. Sua produção intelectual, marcada por rigor e sensibilidade, inspirou e orientou diversas pesquisas e ações voltadas à superação das desigualdades sociais na educação de jovens e adultos no Brasil.

## Justificativa e Problematização

Apesar de seu potencial transformador, o PROEJA ainda não alcança plenamente seus objetivos. Persistem altas taxas de evasão, desvalorização institucional e fragilidades no financiamento e na formação docente. Assim, a questão que orienta este estudo é: de que maneira o PROEJA tem contribuído para a inclusão social, profissional de jovens e adultos, considerando os desafios das políticas públicas e as críticas dos teóricos analisados? A justificativa deste trabalho reside na necessidade de aprofundar o debate sobre os rumos e as perspectivas do programa como política de Estado.

Ampliar o acesso à EPT é um tema que deveria ser mais debatido, pois o Proeja foi criado com a finalidade de atender à demanda de jovens e adultos que, por diversos motivos, não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica como se deveria na idade correta. Devemos aprofundar sobre os problemas atuais, não só no PROEJA, e sim na educação em todas as modalidades de ensino nos últimos anos, que tem vivido alguns retrocessos, como por exemplo, a diminuição das verbas para educação, pois são esses recursos que mantêm os programas sociais, afinal, o PROEJA é um programa federal que oferece educação profissional e tecnológica para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. O programa é financiado pelo Governo Federal e pelas unidades federadas, mas o repasse de recursos não é suficiente para atender à demanda que vem crescendo com passar dos anos.

## Objetivos

Geral: Analisar de forma crítica a efetividade do PROEJA como política pública de inclusão social e de formação integral de jovens e adultos.

Específicos:

- Identificar as contribuições teóricas de Paulo Freire, Di Pierro e Frigotto para o entendimento do PROEJA.
- Examinar os principais desafios enfrentados pelo programa em termos de estrutura, metodologia e gestão.
- Propor alternativas e intervenções práticas para o fortalecimento do PROEJA e sua função emancipatória.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados como critérios de seleção autores reconhecidos na área da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional [Di Pierro, 2000; Freire, 1987; Frigotto, 2004], além de dados oficiais do MEC e IBGE [2018–2024]. A análise comparativa das concepções teóricas com os dados atuais do programa permitiu identificar convergências e lacunas entre a teoria e a prática.

## Análise atual do PROEJA

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2021, as informações das demandas e sobre o atendimento do PROEJA, se deram conforme as informações inseridas no *site*, apesar de o número por vagas no PROEJA [aproximadamente um milhão] ser muito maior que o atendimento. Em 2021, o PROEJA atendeu a 250 mil estudantes, o que representa um aumento de 25% em relação a 2020. No entanto, a demanda pelo programa é muito maior. Estima-se que haja cerca de 10 milhões de jovens e adultos em situação precária e que poderiam se beneficiar do PROEJA. A falta de recursos para o programa é um problema que tem sido recorrente nos últimos anos. Em 2019, o programa recebeu um repasse de R\$1,5 bilhão. Em 2020, o repasse foi reduzido para R\$1,2 bilhão. E em 2021, o repasse foi novamente reduzido para R\$1,1 bilhão.

A redução dos recursos para o PROEJA tem dificultado a expansão do programa, a oferta de vagas para novos estudantes e a manutenção da qualidade do ensino oferecido pelo programa. A falta de recursos para o PROEJA é um dos problemas que precisam ser resolvidos, para que o programa se torne uma importante ferramenta de inclusão social e de combate à pobreza. Algumas características das funções deste programa que podem beneficiar os alunos da EJA são:

- **A função reparadora** – que deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais.
- **A função equalizadora** – que dará cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados.

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social e na abertura dos canais de participação.

## Objetivos reais do programa

O Programa poderia oferecer mais oportunidades de educação e qualificação profissional para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, se recebesse mais apoio social, mais recursos e se a sociedade cobrasse mais por seus direitos, para que o PROEJA possa atender à demanda existente e contribuir para a transformação social do Brasil. Se o programa tivesse alcançado com propriedade os seus objetivos, os jovens que precisam concluir seus estudos e se qualificar teriam alguns benefícios, como:

- **Promoção à qualificação profissional:** O programa oferece cursos de formação inicial e continuada [FIC], qualificação profissional e educação profissional técnica de nível médio, em áreas com potencial de geração de emprego e renda.
- **Integração da educação profissional à educação básica:** O PROEJA busca articulações para a formação profissional com a educação básica, de modo a garantir uma formação integral aos jovens e adultos.
- **Promoção à inclusão social:** O programa visa promover a inclusão social dos jovens e adultos, combatendo a desigualdade social e a exclusão.

## Educação Tecnológica no PROEJA

A educação tecnológica é um componente fundamental do PROEJA, pois permite que os jovens e adultos desenvolvam as habilidades e competências necessárias para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e tecnológico.

O programa tem oferecido cursos em diversas áreas tecnológicas, como:

- **Informática:** Noções básicas de informática, *softwares* específicos, programação, etc.
- **Comunicação e informação:** Produção de conteúdo digital, mídias sociais, etc.
- **Gestão:** Administração de empresas, contabilidade, etc.
- **Saúde:** Cuidador de idosos, auxiliar de enfermagem, etc.
- **Indústria:** Eletricista, eletromecânico, etc.

## Metodologias de Ensino

O Proeja atual [EJA EPT<sup>1</sup>] precisa utilizar uma metodologia de ensino específica para atender às necessidades dos jovens e adultos. Essa metodologia tem que ser baseada na aprendizagem significativa, com conteúdo contextualizado com a realidade dos alunos. Dessa forma, busca-se promover uma aprendizagem mais clara e significativa, por meio da oferta de cursos em horários flexíveis que possibilitem a efetiva participação dos estudantes. Nesse contexto, a flexibilidade na organização dos cursos, com diferentes horários e formatos, torna-se fundamental para atender às necessidades do público atendido. Além disso, incentiva-se a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, de modo que possam construir seu próprio conhecimento de forma crítica e autônoma.

- **Flexibilidade:** Os cursos devem ser oferecidos em diferentes horários e formatos, de modo a atender às necessidades dos alunos.
- **Participação:** Os alunos são incentivados a participar ativamente das aulas, de modo a construir seu próprio conhecimento.

## Contribuições e críticas dos autores Freire, Di Pierro e Frigotto

Ao longo de suas trajetórias pedagógicas, os autores contribuíram significativamente para promover mudanças expressivas na Educação de Jovens e Adultos [EJA]. Nesse contexto, a pedagogia de Paulo Freire destaca-se por enfatizar a educação como prática libertadora, constituindo-se como referência fundamental para o PROEJA. Freire defendia uma educação crítica e transformadora, construída a partir da realidade dos educandos. Essa perspectiva dialoga diretamente com os objetivos do PROEJA, ao buscar o empoderamento de jovens e adultos por meio da educação.

Gaudêncio Frigotto [2010] defendia a educação profissional como um “instrumento de emancipação humana”. Ele argumentava que a educação profissional deve ser crítica e qualificadora, preparando os trabalhadores para o mercado de trabalho, mas também para a participação social e política. As ideias do autor se conectam com o objetivo do Proeja de promover a inclusão social e a transformação social que possam vencer os principais obstáculos para os que precisam.

Estudos sobre a EJA apontam que sua constituição está relacionada a processos históricos de “exclusão escolar” [Di Pierro, 2000]. Em sua obra a pesquisadora identificou diversos impedimentos que limitavam a eficácia do programa, tais como:

1. **Precarização das condições de ensino:** No que diz respeito a infraestrutura, as escolas com situações precárias, falta de materiais didáticos e recursos pedagógicos limitados dificultam o processo de ensino-aprendizagem.
2. **Salários baixos e condições precárias de trabalho:** Professores da EJA frequentemente recebem salários defasados e enfrentam condições de trabalho precárias, o que compromete a qualidade do ensino.

---

<sup>1</sup> Segundo o MEC, o aluno recebe também uma qualificação ou uma formação técnica. Portanto, essa junção é chamada Proeja ou EJA-EPT. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 5 maio 2024.

3. **Desvalorização da EJA:** Visto como “Estigma social”, a EJA ainda é vista por muitos como a modalidade de ensino inferior ao ensino regular, o que gera desmotivação entre os alunos e dificulta a captação de novos estudantes.
4. **Falta de reconhecimento dos certificados:** Diplomas da EJA nem sempre são reconhecidos pelas instituições de ensino superior e pelo mercado de trabalho, limitando as oportunidades de progressão social e profissional dos alunos.
5. **Currículos ou conteúdos desatualizados e descontextualizados:** Currículos muitas vezes não dialogam com as vivências e necessidades dos alunos da EJA, dificultando o aprendizado e a aplicação do conhecimento no cotidiano, além da Falta de flexibilidade curricular, onde as rigidezes dos currículos impediam a adaptação às diferentes realidades e necessidades dos alunos, limitando a personalização do ensino.
6. **Desafios pedagógicos específicos:** Entre os desafios, estão a Diversidade de Perfis e Experiências, pois a EJA reúne alunos com diferentes idades, escolaridades, experiências de vida e ritmos de aprendizagem, o que exige do professor um grande esforço para atender às necessidades individuais. Outro desafio é as deficiências na Formação de Professores. A formação inicial e continuada dos professores da EJA nem sempre é adequada para lidar com as especificidades da modalidade, comprometendo a qualidade do ensino.
7. **Falta de poio e Políticas Públicas eficazes: Investimento insuficiente:** O governo federal e os estados não investem o suficiente na EJA, o que limita a oferta de vagas, a infraestrutura das escolas e a qualidade dos materiais didáticos; **Desarticulação entre as políticas públicas:** A falta de articulação entre as diferentes políticas públicas que impactam a EJA dificulta à implementação de ações eficazes para o fortalecimento da modalidade.
8. **Desigualdades Sociais:** Desigualdade de acesso: Fatores socioeconômicos, como pobreza, raça, gênero e localização geográfica, limitam o acesso à EJA para grupos mais vulneráveis da população; **Desigualdade no aprendizado:** As desigualdades sociais se refletem no processo de ensino-aprendizagem, com alunos de grupos mais vulneráveis apresentando piores resultados.
9. **Falta de Participação da Comunidade:** Desenvolvimento de políticas públicas sem diálogo: A ausência de diálogo com a comunidade na elaboração e de implementação das políticas públicas para a EJA limita a efetividade das ações; **Baixo engajamento da comunidade escolar:** A comunidade escolar nem sempre se envolve ativamente na EJA, o que limita o apoio aos alunos e à escola.
10. **Superando os Impedimentos: Caminhos para uma EJA mais eficaz:** Diante dos desafios apresentados por Di Pierro, é fundamental buscar soluções para que o PROEJA possa cumprir de forma mais eficaz seu papel na sociedade brasileira. Entre as medidas necessárias estão: Maior investimento na EJA: Aumento do investimento público na infraestrutura das escolas, na formação de professores, na produção de materiais didáticos e na oferta de programas de apoio aos alunos; **Implementação de políticas públicas articuladas:** Criação de políticas públicas intersetoriais que abordem as diversas dimensões da EJA, desde o acesso à educação até a certificação para o trabalho.

Além de sua relevante produção teórica, em parceria com Sérgio Haddad, destaca-se a análise do Programa EDUCAR, cuja regulamentação ocorreu em 1986, não como uma continuidade do MOBREAL, mas como uma proposta inovadora voltada à ampliação do acesso à educação para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade adequada

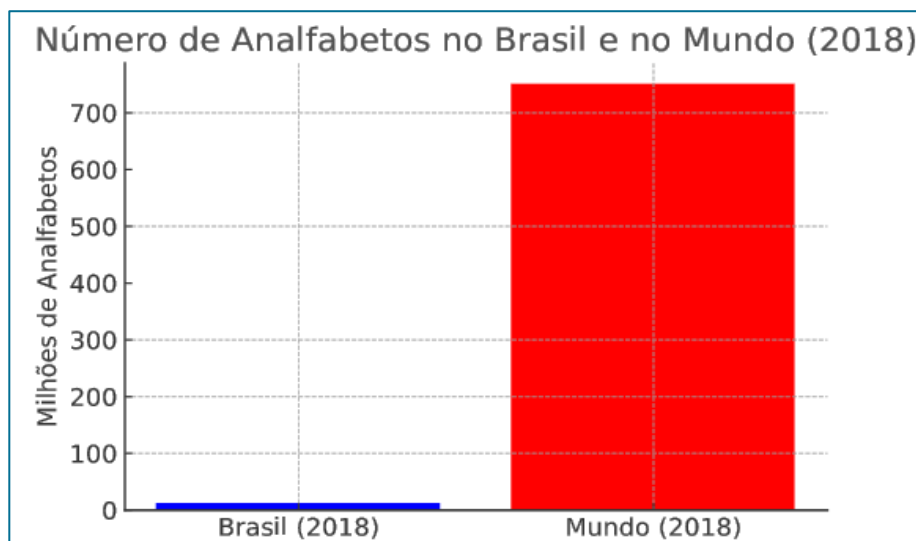
ou que foram de alguma forma, excluídos desse direito. Essa perspectiva encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos, conforme estabelece o inciso I do Art. 208 (Brasil, 1988): “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 [quatro] aos 17 [dezessete] anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Sendo assim, iniciativas como o MOBRAL e o EDUCAR e, posteriormente, políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, reafirmam o compromisso legal e social com a inclusão educacional. Mediante isso, os autores reforçam que o Programa EDUCAR, cuja regulamentação ocorreu em 1986, não foi uma continuidade do MOBRAL, mas uma proposta inovadora voltada à ampliação do acesso à educação para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade adequada ou que foram de alguma forma, excluídos desse direito (Haddad; Di Pierro, 2000b).

### Desvalorizações do programa

Notícias atuais no *site* do próprio MEC relatam que o programa pode ter sofrido algumas derrotas e desvalorização no Programa e isso pode ter refletido na quantidade de evasão que vem acontecendo nos últimos anos. Brasil (2000) descreveu que “A EJA é educação permanente, embora enfrente os desafios de uma situação sócio-educacional arcaica, no que diz respeito ao acesso próprio, universal e adequado às crianças em idade escolar”. Diante de grandes barreiras que a EJA vem enfrentando, a pesquisa deverá questionar quais seriam essas perspectivas desse projeto para o futuro e o que pode ser feito para que ele obtenha resultados excelentes, com pontos facilitadores que possam contribuir para alcançar um número maior de pessoas.

Nos últimos anos, observou-se um grande crescimento do analfabetismo entre jovens e adultos, constatado na pesquisa realizada pelo IBGE do ano de 2018 e publicada em junho de 2019 com o resultado da Amostra de Domicílios Contínua. O Brasil tem, pelo menos, 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos que são analfabetos (6,8% de analfabetismo). No mundo, mais de 750 milhões permanecem nessa situação. A meta, para o ano de 2018, seria menor do que o pesquisado em 2015, mas o resultado esperado não foi obtido (Gráfico 1).

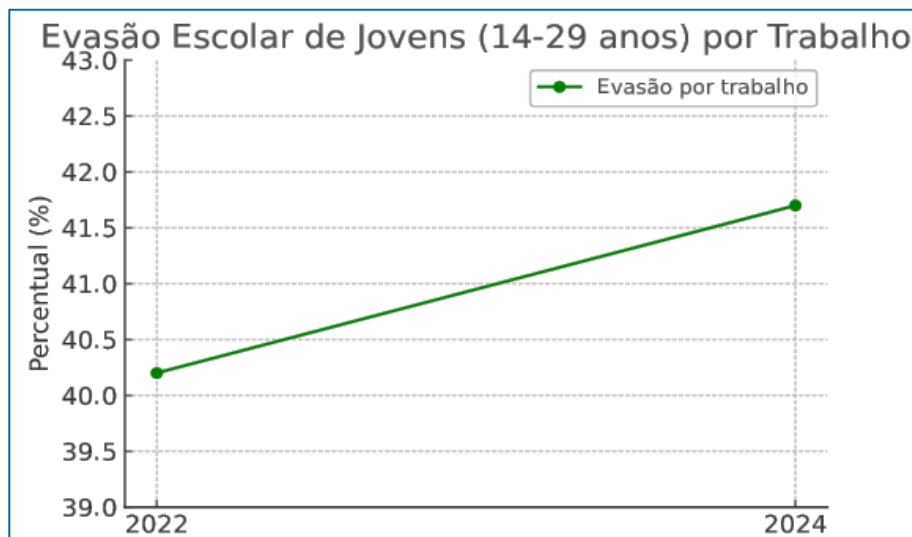
Gráfico 1. Taxa de analfabetismo no Brasil e no mundo



Fonte: IBGE (2019). Adaptada pelos autores.

Outro dado alarmante, segundo o mesmo *site*, em 2024, com as informações vindas do Pnad<sup>2</sup>, no dia 22 de março, foram as causas da evasão: 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos evadem pela necessidade de ter que trabalhar. O número representa um aumento de 1,5 ponto percentual em comparação com 2022. Os motivos do crescimento da evasão escolar, segundo o Censo de 2023, publicado em 2024, podem ser observados no [Gráfico 2](#).

Gráfico 2. Taxa de frequência de etapa de abandono escolar



Fonte: Bello e Britto (2024). Adaptado pela autora.

## Resultado e Discussões

As análises indicam que o PROEJA cumpre parcialmente sua proposta de inclusão social. As ideias de Freire reforçam a importância da educação libertadora e contextualizada, enquanto Di Pierro destaca a desigualdade estrutural e a necessidade de políticas efetivas. Frigotto, por sua vez, critica o modelo dual de ensino e defende a integração entre formação técnica e humana. A pesquisa identificou que as limitações orçamentárias, a descontinuidade das políticas e a falta de valorização dos docentes comprometem o alcance dos objetivos do programa. Como resultado, propõe-se:

- a) a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e formação docente;
- b) o fortalecimento das parcerias entre Institutos Federais e comunidades locais; e
- c) a implementação de currículos flexíveis e integradores, baseados nas realidades dos educandos.

## Conclusões e Propostas de Intervenção

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) constitui um instrumento relevante para a democratização da educação profissional e tecnológica no Brasil. Entretanto, os resultados apontam a necessidade de seu fortalecimento e reestruturação, de modo a superar concepções restritas que o limitam a uma política de caráter compensatório. Sob uma perspectiva crítica, o PROEJA deve ser

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

compreendido como uma política pública com potencial transformador, orientada à promoção da equidade social, da formação humana integral e da emancipação dos sujeitos historicamente excluídos dos processos educacionais.

Nesse sentido, a literatura analisada e a discussão empreendida indicam a importância da consolidação de políticas públicas intersetoriais que articulem educação, trabalho e cidadania, bem como do investimento sistemático na formação continuada de docentes e gestores que atuam na Educação de Jovens e Adultos. Ademais, destaca-se a necessidade de mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação permanente do PROEJA, capazes de subsidiar o aprimoramento das práticas pedagógicas e da gestão do programa. Por fim, ressalta-se a relevância da adoção de práticas pedagógicas contextualizadas, dialógicas e integradas ao uso de tecnologias educacionais, em consonância com os princípios da pedagogia freiriana.

Dessa forma, o fortalecimento do PROEJA pressupõe o compromisso político, pedagógico e ético do Estado e das instituições ofertantes, visando assegurar o direito à educação de jovens e adultos trabalhadores e contribuir para a construção de trajetórias formativas pautadas na dignidade, na justiça social e na inclusão educacional.

## Considerações finais

O presente estudo evidenciou que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) se insere em um contexto histórico e estrutural marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, próprias de um país de capitalismo periférico e dependente. A trajetória da educação brasileira, historicamente caracterizada pelo dualismo entre formação geral e formação para o trabalho, impõe desafios à consolidação de propostas educacionais integradas, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, a análise reforça a relevância dos Institutos Federais como espaços estratégicos para a implementação de uma educação integrada, politécnica e orientada pela formação humana integral, articulando trabalho, ciência e tecnologia em consonância com as demandas sociais, econômicas e territoriais nas quais os *campi* estão inseridos. Todavia, para que o PROEJA cumpra efetivamente seus objetivos, torna-se imprescindível que as políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos sejam operacionalizadas de forma contínua e institucionalizada, superando ações pontuais e garantindo condições objetivas de acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Os resultados da discussão indicam que o PROEJA constitui uma política pública fundamental para a democratização da educação profissional e tecnológica, ao ampliar as oportunidades de escolarização e qualificação profissional de sujeitos historicamente excluídos do sistema educacional. Contudo, permanecem desafios relacionados à evasão, à reprovação e às fragilidades estruturais e pedagógicas, o que demanda o fortalecimento de estratégias institucionais e a articulação com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

Conclui-se que o fortalecimento do PROEJA requer o compromisso do Estado e das instituições ofertantes com uma proposta pedagógica crítica e emancipatória, capaz de assegurar o direito à educação de jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social. Assim, a consolidação do PROEJA contribui não apenas para a redução das desigualdades educacionais, mas também para a promoção da justiça social e do desenvolvimento social e econômico, em consonância com os princípios que orientam as políticas públicas educacionais no país.

## Referências

BELLO, J. L. P. Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993.

BELLO, L.; BRITTO, V. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias IBGE**, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição [1988]]. **Constituição do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm). Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1). Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 10 maio 2000. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ceb/2000/pcb11\\_2000.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ceb/2000/pcb11_2000.pdf). Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proeja**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: [https://www.ei-ie-al.org/sites/default/files/docs/retratos\\_da\\_escola\\_08\\_2011.pdf](https://www.ei-ie-al.org/sites/default/files/docs/retratos_da_escola_08_2011.pdf). Acesso em: 8 jun. 2024.

CORREIA NETO, S. J. **A formação profissional dos estudantes do curso de eletrotécnica do IFF – campus Macaé, da modalidade Proeja**: contribuições sociais, educacionais e de empregabilidade. 2016. 114-116f. Tese [Doutorado em Ciências da Educação] – Universidad Americana, Assunção – PY, 2016.

DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000. 315 f. Tese [Doutorado em Educação] – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10715>. Acesso em: 23 mar. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. //: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. [org.]. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. //: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. [coord.]. **Caminhos para a redefinição da política pública para a educação tecnológica e o sistema nacional de formação profissional continuada: proposições**. Niterói: UFF/CNPq, 2002.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. [org.]. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004a.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do “cidadão produtivo”**: da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens [2001-2004]. Rio de Janeiro: UFF, 2004b. Relatório de pesquisa.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. //: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. [org.]. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 21-56.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. //: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. [org.]. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005b. p. 19-62.

HADDAD, S. [coord.]. **Educação de jovens e adultos no Brasil [1986-1998]**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos: consolidação de documentos 1985/1994**. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, ago. 2000a.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.** [online], n. 14, p. 108-130, 2000b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

IBGE. **Taxa de Analfabetismo no Brasil de pessoas com 15 anos ou mais, de 2015 a 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MARTINS, F. C. G.; FLORÊNCIA V. R. C.; CHAVES, F. M.; BRITO, F. C. A pedagogia do oprimido e a práxis pedagógica libertadora de Paulo Freire. *In*: SEMANA DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 22., 2015, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/semanadeeducacaouece/anais/trabalhos.html>. Acesso em: 8 jun. 2024.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA

**ABNT:** CANTARINO, E. S. N.; CORREIA NETO, S. J. Proeja: Educação profissional e tecnológica para jovens e adultos com ênfase em Paulo Freire, Pierro e Gaudêncio Frigotto. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, v. 28, n. 1, e28123433, 2026. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v28n12026.23433>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23433>.

**APA:** Cantarino, E. S. N., & Correia Neto, S. J. (2026). Proeja: Educação profissional e tecnológica para jovens e adultos com ênfase em Paulo Freire, Pierro e Gaudêncio Frigotto. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, 28(1), e28123433. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v28n12026.23433>

### DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

**Elizabeth Santos de Nasaré Cantarino** - Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Assistente em Administração no Instituto Federal em Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Reitoria – Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: [Bethnasare1968@gmail.com](mailto:Bethnasare1968@gmail.com).

**Severino Joaquim Correia Neto** - Doutor em Ciências da Educação. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) Campus Macaé, RJ – Brasil. E-mail: [profnetoseverino@gmail.com](mailto:profnetoseverino@gmail.com).

### FINANCIAMENTO

Os autores não declararam ter havido financiamento externo para a pesquisa que originou este artigo.

### APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Os autores não declararam haver conflito de interesses.

### DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Não se aplica.

### DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Os autores não declararam haver uso de ferramentas de inteligência artificial generativa na pesquisa e na escrita do artigo.

### DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Este documento é protegido por Copyright © 2026 pelos Autores

### LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

### RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.